

O desenvolvimento do trabalho e sua relação com o meio ambiente: uma perspectiva educacional

The development of work and its relationship with the environment: an educational perspective

Marilene Lopes de Jesus*

marilenejesus@gmail.com

Sinara Gregorio Xenofonte*

sinaragxenofonte@gmail.com

* Centro Universitário Augusto Motta

Resumo: O objetivo deste estudo é descrever o estado da arte sobre o desenvolvimento do trabalho, em sua dimensão econômica atrelada ao desenvolvimento socioambiental, de forma a compreender como essa nova maneira de conceber o mercado vem ganhando inúmeras manifestações. Justifica-se este estudo diante da necessidade de se buscar e trazer não apenas uma visão ambiental, nem somente uma visão econômica e do desenvolvimento do emprego, mas a busca de uma solução conjunta do crescimento e manutenção do emprego de uma forma sustentável. Foi utilizada uma metodologia, cujo enfoque teórico alicerçou-se na coleta de dados bibliográficos (doutrina e leis), cujo tratamento recebeu um cunho qualitativo. Os achados indicam que em relação à sustentabilidade ambiental são necessárias tecnologias limpas; reciclagem; utilização consciente de recursos naturais; atenção à legislação; tratamento de efluentes e resíduos; produtos ecologicamente corretos. A sustentabilidade social reflete-se na responsabilidade social; no suporte ao crescimento da comunidade; no compromisso com o desenvolvimento dos recursos humanos, bem como a promoção e participação em projetos sociais.

Palavras-chave: Desenvolvimento ambiental. Desenvolvimento-trabalho. Desenvolvimento econômico.

Abstract: The aim of this study is to describe the state of the art about the development of work, in its economic dimension linked to socio-environmental development, in order to understand how this new way of conceiving the market has gained numerous manifestations. This study is justified in view of the need to seek and bring not only an environmental vision, not only an economic vision and employment development, but the search for a joint solution of growth and maintenance of employment in a sustainable way. A methodology was used, whose theoretical focus was based on the collection of bibliographic data (doctrine and laws), whose treatment received a qualitative character. The findings indicate that clean technologies are needed in relation to environmental sustainability; recycling; conscious use of natural resources; attention to legislation; effluent and waste treatment; environmentally friendly products. Social sustainability is

reflected in social responsibility; support for community growth; commitment to the development of human resources, as well as the promotion and participation in social projects.

Keywords: Environmental development. Development-work. Economic development.

INTRODUÇÃO

No mundo contemporâneo, o problema encontrado é perceber como diversos fatores e áreas militam em conjunto no desenvolvimento de uma país ou região. Nesse cenário, é preciso haver desenvolvimento, contudo que não ceife o meio ambiente a sua volta. O trabalho é um desses fatores que deve ser desenvolvido, sem que isso traga lesões ou deprecie o meio ambiente a nossa volta.

Diante disso, o presente estudo visa compreender como se dão as relações de trabalho em situações de proteção ambiental e as situações de proteção ou de utilização responsável do ambiente, podem, ainda sim, serem meios viáveis para o desenvolvimento e criação de empregos em diversas regiões.

Levando em consideração tal assertiva, essa pesquisa justifica-se diante da necessidade de se buscar e trazer não apenas uma visão ambiental, nem somente uma visão econômica e do desenvolvimento do emprego, mas a busca de uma solução conjunta do crescimento e manutenção do emprego de uma forma sustentável e que seja ecologicamente positivo para a natureza e para seu crescimento ambiental.

O presente estudo tem por objetivo descrever o estado da arte sobre o desenvolvimento do trabalho, em sua dimensão econômica atrelada ao desenvolvimento socioambiental, de forma a compreender como essa nova maneira de conceber o mercado vem ganhando inúmeras manifestações.

Por fim, a relevância dessa pesquisa se baseia em apreender e aclarar que é possível haver a manutenção e crescimento de emprego se utilizando de técnicas que sejam mais sustentáveis ambientalmente, bem como economicamente. Isso é importante para que atraia interesse dos *players* do mercado e dos empreendedores, mas também que seja visto e incentivado por governos que desejam respeitar o meio ambiental e ainda criarem empregos de forma sustentável.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

O percurso metodológico é indispensável para que a pesquisa seja considerada academicamente válida, gerando soluções para os problemas levantados, hipóteses confirmadas/refutadas e objetivos sólidos, pertinentes e que se adequem ao estado da questão em que o problema se insere (MOREIRA, 2015).

Conforme Severino (2002, p. 57), a metodologia consiste em um conjunto de métodos ou caminhos percorridos na busca do conhecimento, isto posto, a pesquisa é um conjunto de procedimentos sistemáticos fundamentados no raciocínio lógico, objetivando encontrar soluções para problemas propostos, mediante utilização de métodos científicos.

Mediante o todo que se deseja alcançar, quanto ao estado da arte sobre o desenvolvimento do trabalho e sua relação com o meio ambiente, empregou-se, como finalidade, a pesquisa descritiva, que segundo Angelo (2012) é uma pesquisa qualitativa de levantamento, ou seja, essa classificação de estudo utiliza como instrumento de coleta entrevistas, questionários ou formulários para descrever as características de uma população de um fenômeno ou estabelecer relações entre fenômenos de modo organizado, bem delimitado e criterioso.

No que concerne o enfoque teórico, determinou-se como estratégias para a coleta de dados, a pesquisa bibliográfica, realizada por meio de consultas em livros, artigos, dissertações, teses e documentos legislativos, bem como consultas em noticiários veiculados por meios digitais, e documental (doutrinas e leis), desenvolvida a partir do arcabouço documental já produzido e publicado, usando documentos de qualquer tipo para a análise do objeto, como também, caracteriza-se por ser elaborada mediante material que não recebeu tratamento analítico (ANGELO, 2012).

Por fim, quanto a abordagem da pesquisa, configura-se qualitativa, que segundo Angelo (2012, p.164-165) “[...] é uma forma de investigação que busca desvendar e compreender fenômenos, partindo da premissa de que a subjetividade da ação social permeia a criação de novas atitudes e perspectiva”. Ainda discutindo sobre pesquisa qualitativa, o autor afirma que está “[...] busca ordenar, nas informações, dados referentes à subjetividade do fenômeno, a fim de conhecer os sentimentos, as sensações e as emoções traduzidos na decodificação dos fenômenos” (p. 186).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O mundo encontra-se em constante mutação e com ele transfiguram também as relações de trabalho. A esfera empresarial possui um papel importante que não se restringe apenas ao aspecto econômico. Os padrões de consumo foram alterados devido a vários fatores da vida moderna, os quais incidem sobre as empresas que não podem restringir seus interesses apenas ao lucro. As ações empresariais afetam também o meio ambiente e, conseqüentemente, a sociedade como um todo. A comissão estadual de hidreletricidade vê as águas que fluem como energia não aproveitada (SINGER, 1998).

Nota-se que muitas empresas atentam para as questões ambientais, mas em sua maioria não há preocupação em agir de forma sustentável sobre o meio ambiente para evitar a poluição do ar, das águas e do solo. Tais fatores podem ocasionar graves impactos ambientais como, por exemplo, as mudanças climáticas, lixo tóxico, dentre outros e, sua atuação afeta a toda a comunidade local e também todos que trabalham na empresa.

Acredita-se que a disseminação de uma cultura sustentável pode, em conjunto com a influência do mercado e das normas governamentais brasileiras, modificar o panorama atual. Verifica-se que há uma série de empresas que considera relevante o caráter sustentável de suas atividades. Estas organizações criam estratégias para a preservação do meio ambiente, implementando transparência em suas ações, demonstrando sua responsabilidade com o crescimento econômico do país e o com o bem estar social (CORAL, 2002).

Essa cultura de desenvolvimento econômico em conjunto com outros tipos de desenvolvimento vai ser percebido por Melo Neto e Froes (2005) como:

O compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente, de modo amplo, ou alguma comunidade, de modo específico, agindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas com ela. A organização, nesse sentido, assume obrigações de caráter moral, além das estabelecidas em lei, mesmo que não diretamente vinculadas a suas atividades, mas que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável dos povos. Assim, numa visão expandida, responsabilidade social é toda e qualquer ação que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade (p. 28).

Desse modo, a questão ambiental é observada por essas empresas sob a ótica do desenvolvimento sustentável, introduzindo um debate sobre a proporção econômica e social de suas ações, associando o crescimento econômico com preservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida da sociedade. Diversos relatórios são

elaborados com informações pertinentes a essas empresas voltadas para a sustentabilidade de suas atividades. Não foram determinados ainda indicadores específicos para demonstrar a atuação empresarial em prol do meio ambiente e da sociedade para acompanhamento.

Em termos gerais, podemos dizer que os que se posicionam favoravelmente à construção da represa estão valorizando a oferta de empregos e uma maior renda per capita para o Estado, em detrimento da preservação da natureza, das plantas e dos animais (tanto os mais comuns quanto aqueles que estão ameaçados de extinção), bem como das atividades recreativas ao ar livre (SINGER, 1998). Antes de começarmos a esmiuçar os valores dos que apoiariam a construção da represa e dos que não o fariam, seria bom procedermos a um breve exame das origens das atitudes modernas com relação ao mundo natural.

A responsabilidade ambiental e social é um conceito um tanto quanto moderno para contemporâneo. Há apenas 30 anos, quando promulgada a Constituição da República, em 1988, em seu artigo 225, fora instituído o direito ao meio ambiente saudável no rol dos direitos fundamentais.

Nessa mesma linha, a Organização das Nações Unidas (ONU), decretou no ano 1986, que “[...] toda pessoa tem direito a um nível de vida adequado que lhe assegure saúde e bem-estar”. Já em 1988, no Protocolo de San Salvador, a ONU frisou esse direito como fundamental como narrou informando que os humanos têm o “[...] direito de viver em meio ambiente sadio e de contar com serviços públicos básicos”.

Assim, aos poucos esses direitos começaram a ser incorporados nas constituições mundiais ressaltando e garantindo um meio ambiente saudável. Contudo, o desenvolvimento e busca por um crescimento e restauração do mundo após a 2ª Guerra Mundial, aceleraram a busca por um crescimento ágil mesmo que para tal, eventual destruição natural sobreviesse como consequência.

É nesse sentido Baggio (2002, p. 48) esclarece que “Hoje o caminho é o da parceria, onde empresas, organizações da sociedade civil organizada e Estado trabalham em conjunto para desatar o nó que impede que a ‘Qualidade de Vida’ chegue a todos os brasileiros”.

A responsabilidade ambiental tem estado cada vez mais em voga, em especial no século XXI com os recentes estudos sobre a deterioração do clima do planeta. Dessa forma, diversas empresas vêm trazendo o assunto para o campo comercial na busca de fidelizarem os clientes mais preocupados com a questão ambiental. Assim, um dos tipos de marketing contemporâneo tem sido realizar e propagar ajustes e programas

ambientais que essas organizações vêm realizando e implementando. Se bem-intencionados com a questão ou apenas como estratégia de marketing, fato é, que empresas vem se empenhando em implementar atitudes benéficas ao meio ambiente (DONAIRE, 1999).

Nessa toada, os países intensificaram suas buscas e responsabilidades acerca da garantia do meio ambiente saudável, preservação da fauna e flora, bem como a busca por um crescimento sustentável sem destruição nem poluição do meio ambiente a volta. A mudança de mentalidade foi fundamental para essa busca, vez que não se trata mais do salvamento do Planeta, mas sim a salvação da própria raça humana, que com continuidade das degradações ambientais corre também o risco de extinção em conjunto com o Planeta (WEBER, 1999).

Sustentabilidade é a palavra-chave. O mundo será obrigado a se desenvolver de forma sustentável – ou seja, que preserve o meio ambiente – e as empresas deverão fazer o mesmo, por iniciativa própria ou por exigência legal. Isso poderá ser conseguido com um programa de “Gestão Ambiental Total” e um projeto de “organização sustentável (ARMELIN, 2002, p. 33).

Esse conceito vem ganhando tanta importância nos tempos recentes que Capra (2008, p. 19) vai afirmar que “[...] a humanidade tem a capacidade de atingir o desenvolvimento sustentável, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender às próprias necessidades”. Já Brown (1981) *apud* Andrade, Tachizawa e Carvalho (2000, p.1), reconhece que: “[...] uma sociedade sustentável é aquela que satisfaz suas necessidades sem diminuir as perspectivas das gerações futuras”.

Na perspectiva de Marques (2013, p. 446):

[...] a sustentabilidade do desenvolvimento se preocupa em compatibilizar o crescimento econômico com a preservação ambiental, tem-se que o objetivo maior da gestão ambiental deve ser a busca permanente de melhoria da qualidade ambiental dos serviços, produtos e ambiente de trabalho de qualquer organização pública ou privada.

Uma das formas que Governos vêm encontrando para estabelecer a responsabilidade diretamente a essas organizações é por meio da logística reversa. Ou seja, essas empresas ficam responsáveis não só pela logística de entrega e venda de seu produto, mas após o consumo, ficam também, responsabilizadas pelo resgate das embalagens e, ou, do próprio produto de volta, dando uma finalidade diferente do descarte puro e simples.

Nesse sentido, podemos verificar adiante como se dá esse processo de logística reversa que países e estados já vêm empregando e delegando diretamente às

organizações pelo resgate e fim dos seus produtos já utilizados ou por embalagens e demais itens inerentes ao seu produto comercializado.

Essas questões ambientais vieram trazer um novo conceito de desenvolvimento de crescimento. Assim, crescimento a qualquer custo não é mais possível. Portanto, de acordo com os conceitos do século XXI, o crescimento e desenvolvimento deve estar atrelado a um crescimento com sustentabilidade e ganho social (MELARÉ, 2006).

A questão ambiental emerge como uma problemática social de desenvolvimento, e propõe a necessidade de normatizar um conjunto de processos de produção e consumo que, sujeitos à racionalidade econômica e a lógica do mercado, degradam o ambiente e a qualidade de vida (LEFF, 2001, p.130).

Ressalta-se que apesar do contrassenso, a gestão ambiental possibilita a redução de custos. Para tal mister um planejamento bem realizado em conjunto com uma gestão eficiente. Isso porque permite a redução de custos como desperdício, os estudos de redução de custos com materiais menos gravosos ao meio ambiente, a reciclagem de itens diminuindo os gastos com matérias-primas e ainda multas ambientais por descumprirem normatizações e violações ambientais (MELARÉ, 2006).

“A gestão ambiental e a responsabilidade social, tornam-se importantes instrumentos gerenciais para capacitação e criação de condições de competitividade para as organizações, qualquer que seja seu segmento econômico”, como bem destaca Tachizawa (2006, p. 112). Assim, mostra-se imperioso analisar também as responsabilidades sociais e como elas foram e são compreendidas.

A sustentabilidade empresarial representa um conjunto de ações realizadas por uma empresa, visando à manutenção e preservação do meio ambiente, além de promover o desenvolvimento sustentável da sociedade. Para que uma empresa possa enquadrar-se como sustentável ambiental e socialmente, deve assumir atitudes éticas e práticas que intentem seu crescimento econômico, contudo sem degradação ambiental e sem prejudicar o desenvolvimento social.

De acordo com Mendes (2018, p. 48):

Sustentabilidade empresarial é o conjunto de políticas e ações, economicamente sustentáveis e socialmente responsáveis, aplicadas às operações e produtos de uma empresa. A sustentabilidade empresarial está muito ligada ao desenvolvimento de empresas e indústrias. Tal desenvolvimento advém do crescimento cada vez maior da economia pelo mundo e isto que requer medidas que protejam aspectos sociais, ambientais e econômicos. O crescimento de um negócio deve ser benéfico não somente para seus proprietários. O consumidor e demais pessoas envolvidas na produção e desenvolvimento dessa empresa também precisam ser beneficiados. Tudo sem agredir ambientalmente o meio em que se encontra.

Para que uma empresa seja considerada sustentável deve realizar suas atividades e decisões de forma eco eficiente, isto é, voltada para a preservação ambiental, aumentando sua atividade produtiva e a qualidade de seus produtos, porém gerando menos poluição e usando menos insumos naturais. Do mesmo modo, a organização deve ser socialmente responsável onde está inserida e no qual atua diretamente, como esclarece Almeida (2002).

Uma grande quantidade de organizações, conforme Vinha (2003), percebeu que os custos financeiros da redução do passivo ambiental e a gestão de conflitos sociais é mais alto que respeitar o meio ambiente e os direitos da sociedade.

Verifica-se que o respeito ao meio ambiente pode influenciar, positivamente a reputação da empresa junto aos consumidores, haja vista que o debate sobre as questões ambientais é muito relevante devido ao exorbitante crescimento desordenado da população. Os consumidores mais conscientes buscam por produtos e serviços de empresas sustentáveis. A escolha da empresa, em desvalorizar as questões ambientais e sociais, afeta sua imagem frente à opinião pública, prejudicando novos projetos e a renovação de contratos (AZEVEDO; CRUZ, 2006).

A discussão sobre a sustentabilidade percorre diversos setores da sociedade, bem como o setor empresarial. Entretanto, a atuação empresarial sustentável ainda não é uma regra geral. É notório que as empresas precisam desenvolver-se, mas deve criar uma estrutura própria para seu desenvolvimento sem afetar o ambiente e a sociedade, aumentando a produção, a reciclagem, à conscientização.

O último relatório elaborado pela Comissão Interministerial para Preservação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CIMA) aponta dois fatores importantes sobre a questão populacional. Verifica-se, primeiramente, uma grande concentração da população nas cidades, suturando o meio urbano e, como resultado, aumentando o impacto ambiental. O segundo fator versa sobre a distribuição desordenada do espaço, em relação aos recursos naturais e as atividades econômicas. Tais fatores incidem em níveis diferentes nas questões ambientais, sociais e econômicas (BRASIL, 1991).

O modelo de desenvolvimento econômico atual é causador de grandes desequilíbrios sociais. Ao mesmo tempo em que gera desenvolvimento e riqueza, gera também uma grande degradação ambiental e poluição, dando origem aos ideais de desenvolvimento sustentável, especialmente, no âmbito empresarial.

O princípio do desenvolvimento sustentável crê ser possível aumentar o potencial social, considerando as peculiaridades de cada nação, de acordo com as restrições físicas impostas pela realidade material. Do mesmo modo, estabeleceu-se que todos têm responsabilidades equivalentes, entretanto reiterou-se que os países desenvolvidos devem arcar com parte dos custos de adaptação e mitigação, além de proporcionar meios para a capacitação financeira e tecnológica dos países em desenvolvimento para que estes possam enfrentar os desafios do desenvolvimento sustentável, conforme esclarece Dihi (2013).

A Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de 2002, em Joanesburgo deu início ao debate sobre aquecimento global e mudanças climáticas através de evidências científicas. As questões sobre sustentabilidade invadiram o comércio internacional, com ênfase em temas como poluição, resíduos e responsabilidade social. Empresas, marcas e produtos começaram a ser avaliados a partir de padrões de desenvolvimento sustentável, impactando na lucratividade e manutenção dos negócios.

Após esta conferência houve um crescimento econômico mundial significativo, promovendo a elevação nos padrões de consumo em todos os países e o aumento expressivo do uso de recursos naturais e energéticos. Através das poucas práticas realizadas no período, o volume total de recursos naturais cresceu bastante e, igualmente, houve modificações nos padrões de produção e geração de energia.

Em 2012, o Brasil volta a sediar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Os países desenvolvidos passavam por uma grave crise econômica e queriam eximir-se das responsabilidades ora estabelecidas na Conferência anterior. No âmbito nacional, reafirmou-se a importância do desenvolvimento econômico e social concomitantemente a preservação ambiental.

Reconhecemos, portanto, a necessidade de continuar a integrar o desenvolvimento sustentável em todos os níveis, integrando os aspectos econômicos, sociais e ambientais e reconhecendo suas interligações, a fim de alcançar o desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões. (ONU, 2013)

A referida Conferência, também conhecida como Rio+20 buscou fortalecer o debate e as deliberações sobre o desenvolvimento sustentável, permitindo negociações internacionais sobre assuntos emergentes, como agricultura, água, transportes, além de propor a criação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), 17 metas que se subdividem em 169 objetivos que abrangem questões de desenvolvimento social e econômico, como estabelecido no parágrafo 54 do referido documento.

A Agenda 2030 é proveniente de um consenso pactuado em 2015 com a finalidade de orientar as políticas de desenvolvimento e seu acompanhamento no âmbito nacional, regional e mundial até 2030 e quebrar o ciclo de pobreza, reduzir a desigualdade e a degradação do meio ambiente. Este foi o primeiro documento de abrangência internacional a nortear, através de objetivos e metas, as políticas nacionais visando atingir o desenvolvimento sustentável.

Azevedo (2003) afirma que mesmo as empresas com diretrizes voltadas para a proteção do meio ambiente, mantiveram, ao longo do tempo, políticas voltadas apenas para a lucratividade e alguma degradação dos recursos naturais. Este processo de transformação das empresas, atentando para a questão do desenvolvimento sustentável de suas atividades com equidade aos ganhos econômicos deve ser incorporado naturalmente, como parte inerente do processo produtivo, como leciona Vinha (1999).

Apesar de a característica primordial das empresas em aplicar a racionalidade visando o lucro seja baseada no cálculo da rentabilidade, Cappellin e Giuliani (1999), apontam que é possível seguir parâmetros diferenciados para atingir a sustentabilidade.

A inserção da empresa no ambiente, diga-se, permeável aos problemas externos do local onde está localizada, bem como com as questões sociais inerentes a sua organização complexa mostra-se relevante para considerar o posicionamento inovador do setor empresarial em relação à sustentabilidade de suas atividades. Destaca-se que a sustentabilidade empresarial deve refletir-se em suas práticas buscando resultados práticos e relevantes para o meio ambiente e para a sociedade.

Assim, algumas empresas já reconhecem que é necessário incorporar práticas sustentáveis as suas diretrizes, uma vez que suas atividades afetam não só o meio ambiente, como toda a comunidade local. Mesmo com os padrões de sustentabilidade estabelecidos, as empresas possuem autonomia para agir e podem não considerar a preservação ambiental como uma questão essencial ou mesmo, a problemática social. As empresas podem introduzir práticas de sustentabilidade ou mesmo não seguir qualquer diretriz nesse sentido.

Incorporar a sustentabilidade no setor empresarial está condicionado das crenças do gestor da empresa, da mobilização social, a influência do mercado nacional e internacional, às políticas públicas, órgãos internacionais, dentre outros fatores.

Segundo Vinha (1999), o desenvolvimento sustentável tem sido utilizado como uma estratégia de negócio, pois há um entendimento de que as empresas estão realizando alterações culturais e organizacionais, incorporando os princípios de desenvolvimento

sustentável. O diferencial do conceito de sustentabilidade empresarial está vinculado a eco eficiência e a responsabilidade social, conforme disserta Garcia (2004).

Uma empresa considerada sustentável procura considerar os impactos de suas ações no âmbito econômico, social e ambiental, mas ainda vislumbrando o lucro realiza suas atividades observando como elas incidem nessas esferas, amenizando seus resultados no meio ambiente e realizando ações sociais em benefícios da comunidade local.

Verifica-se que para uma empresa tornar-se sustentável pode começar com pequenas ações como a coleta seletiva no ambiente empresarial; ações sobre a utilização consciente de energia elétrica; alternativas para evitar a impressão e o desperdício de papel; fornecimento de recipientes para água ou café, evitando o uso de copos descartáveis. Essas são apenas algumas ações, mas que devem ser reforçadas pelo setor de recursos humanos através de programas de conscientização para os funcionários, indicando a importância da colaboração dos funcionários para fomentar ações sustentáveis, além de exercer uma participação ativa, apresentando ideias (MARQUES, 2018).

Ademais, outras atividades que podem ser realizadas, segundo Marques (2018), como o reaproveitamento da água; respeito às normas ambientais; utilização de fontes limpas e renováveis de energia; reutilização de sobras de matéria-prima; uso de material reciclável para confeccionar embalagens dos produtos, bem como de sacolas, as quais devem ser biodegradáveis; comunicação interna por meios eletrônicos; uso de papel reciclável para a impressão; não descarte de esgoto ou resíduos químicos em locais proibidos; sistema de descarte específico para determinados produtos, além de criar e executar ações que auxiliem a comunidade na qual a empresa está inserida.

Caber destacar que a análise contábil pode proporcionar instrumentos que colaborem com a divulgação da responsabilidade socioambiental de cada empresa. O objetivo das ciências contábeis é reunir informações econômicas sobre as empresas aos interessados com a finalidade de ajudar na tomada de decisão (TORRES JUNIOR; SILVA, 2008).

Dentre as vantagens para a empresa da realização de práticas empresariais sustentáveis pode-se citar a melhoria da imagem da empresa frente aos consumidores, haja vista que muitos procuram empresas que realizem práticas sustentáveis, visando à manutenção do planeta, bem como da comunidade local.

A melhoria das condições ambientais é outro ponto que deve ser considerado benéfico, além da satisfação dos colaboradores, pois a consciência ambiental é um princípio adotado por muitos que trabalham em empresas sustentáveis.

Dois outros aspectos relevantes dizem respeito ao campo econômico. As empresas sustentáveis apresentam uma redução nos custos de produção, através de ações como reciclagem, reutilização da água, reaproveitamento de matéria prima e economia de energia elétrica. Suas ações também apresentam uma valorização das ações na bolsa de valores, dado que os investidores tem procurado adquirir ações de empresas sustentáveis.

Durante um tempo acreditou-se que a sustentabilidade custava caro ou que era apenas para grandes empresas, mas essa ideia esta ultrapassada. Os pequenos negócios estão descobrindo e demonstrando que ser social e ambientalmente responsável mais do que uma obrigação, é uma boa ideia já que se torna uma vantagem competitiva. Esse movimento inclui a adoção de regras rígidas de conduta ética e de responsabilidade social com as partes interessadas (funcionários, familiares, acionistas, fornecedores, público em geral etc.). Esses aspectos são tidos, cada vez mais, como fatores determinantes para a sobrevivência das empresas e a perpetuidade de seus negócios (MAUÉS, 2018, não paginado).

A referida autora esclarece as características inerentes a cada aspecto desse tripé de sustentabilidade. No que tange a sustentabilidade econômica promove a vantagem competitiva; melhor qualidade e menor custo; mais foco na preservação ambiental, no mercado, nos resultados e na estratégia de negócios.

Em relação à sustentabilidade ambiental são necessárias tecnologias limpas; reciclagem; utilização consciente de recursos naturais; atenção à legislação; tratamento de efluentes e resíduos; produtos ecologicamente corretos. A sustentabilidade social reflete-se na responsabilidade social; no suporte ao crescimento da comunidade; no compromisso com o desenvolvimento dos recursos humanos, bem como a promoção e participação em projetos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento sustentável sob a ótica socioambiental alinhado ao desenvolvimento do trabalho já não é algo irreal e oneroso como se pensava muito tempo atrás. Diversas nações têm implicado esforços visando à manutenção do planeta e a qualidade de vida para as gerações atuais e futuras em conjunto com o desenvolvimento econômico que suporte e possibilite uma melhoria de vida econômica para seus cidadãos.

No contexto industrial não poderia ser diferente. As empresas precisam adequar-se à nova realidade. De certo, que muitas já atuam de forma sustentável visando cumprir os requisitos dos relatórios de sustentabilidade nacionais e internacionais. A sustentabilidade empresarial é formada por ações que as empresas realizam, visando a redução dos impactos ambientais; a promoção de programas sociais, se sua manutenção econômica viável no mercado, ganhos econômicos com vantagens tributárias, bem como atrelar sua marca ao desenvolvimento econômico de maneira correta.

Verifica-se que a amplitude das ações empresariais vai além da preservação ambiental, mas atinge também as esferas sociais e econômicas, haja vista que a atividade empresarial tem como finalidade precípua auferir lucratividade.

A questão da sustentabilidade veio para proteger o planeta da degradação causada pelos seres humanos, mas também agrega valor as empresas que atuam de acordo com seus preceitos. Uma empresa sustentável pode atrair mais investidores, uma vez que há um entendimento que estas organizações estariam mais aptas a enfrentar riscos futuros. Igualmente, os consumidores afins a preservação, consomem mais os produtos de empresas sustentáveis visando à manutenção da qualidade de vida no planeta.

De acordo com os relatórios ora apresentados é possível destacar os indicadores de sustentabilidade principais, quais sejam: Ambientais, abrangendo os riscos e oportunidades, consumo de água e energia, emissão de gases nocivos; efluentes líquidos e resíduos sólidos; posicionamento socioambiental dos fornecedores; reciclagem e preservação ambiental. No âmbito econômico o aumento ou estabilidade do faturamento; tributos pagos; lucratividade; receita empresarial e Investimentos.

Cabe ressaltar que os indicadores de sustentabilidade devem ser atualizados periodicamente, pois o mercado e a natureza são dinâmicos e mudam a todo o momento. Uma empresa que investe apenas na preservação ambiental, não pode ser dita como uma empresa sustentável, dito que não abrange as esferas social e econômica. Uma empresa sustentável pensa em sua lucratividade, no bem estar social e no planeta.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2002

ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de; TACHIZAWA, Takeshy; CARVALHO, Ana Barreiros de. **Gestão Ambiental**: enfoque estratégico aplicado ao Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Makron Books, 2004.

ANGELO, Elis Regina Barbosa. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2012.

ARMELIN, Marco Antonio. **Gestão da Reciclagem Industrial: Um Mapeamento das indústrias de Capivari-SP**. 2002. Dissertação (Mestrado) - Faculdade Cenequista de Varginia, Minas Gerais, 2002.

AZEVEDO, Tânia Cristina; CRUZ, Cláudia Ferreira da. Balanço Social como instrumento para demonstrar a responsabilidade social das entidades: uma discussão quanto à elaboração, padronização e regulamentação. **Revista Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 34, p. 1-15, 2006.

BAGGIO, Rodrigo. O caminho é o da parceira. **Valor Econômico**, [S. l.], ano 3, n. 431, p. 22, jan. 2002.

BRASIL. **O desafio do desenvolvimento sustentável**. CIMA - Comissão Interministerial para Preservação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Presidente Fernando Collor). Brasília: Cima, 1991.

CAPPELLIN, Paola; GIULIANI, Gian Mario. Os herdeiros: estudo de caso das empresas de porte médio da região serrana do estado do Rio de Janeiro. *In*: KIRSCHNER, Ana Maria e GOMES, Eduardo R. **Empresa, empresários e sociedade**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999. p. 278-300.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2002. (ADICIONADA)

CORAL, Elisa. **Modelo de planejamento estratégico para a sustentabilidade empresarial**. 2002. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis - SC, 2002.

DIHL, Winicyus. **A teoria da criação do conhecimento organizacional relacionada à elaboração de relatórios de sustentabilidade empresarial: um estudo exploratório em uma empresa geradora de energia**. 2013. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2013.

DONAIRE, Denis. **Gestão Ambiental na Empresa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GARCIA, Joana. **O Negócio do Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2004

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. Tradução: Sandra Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2001.

MARQUES, José Roberto. **A adaptação das organizações ao conceito de sustentabilidade empresarial**. 2018. Disponível em: <https://www.ibccoaching.com.br/portal/artigos/adaptacao-organizacoes-conceito-sustentabilidade-empresarial/>. Acesso em: 21 abr. 2020.

MARQUES, Wagner Luiz. **Diário de um empreendedor**. 2. ed. [São Paulo]: Minelli, 2013.

MAUÉS, Adriana. **A sustentabilidade ajuda o planeta e promove vantagens competitivas para as empresas**. 2018. Disponível em: <https://studioestrategia.com.br/2018/02/22/sustentabilidade/>. Acesso em: 21 abr. 2020.

MELO NETO, Francisco de; FROES, César. **Responsabilidade Social & Cidadania Empresarial: a administração do Terceiro Setor**. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualityinark Ed. 2000

MELARÉ, Geraldo José. **Práticas Ambientais em Operações Industriais: um estudo em empresas de Campinas (SP) e Região**. 2006. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade Cenecista de Varginia, Faculdade de Administração, Minas Gerais, 2006.

MENDES, Gyssele. **Os desafios e vantagens da sustentabilidade empresarial aplicada**. 2018. Disponível em: <https://cebds.org/blog/sustentabilidade-empresarial/#.XMW7fWhKiM8>. Acesso em: 24 abr. 2020.

MOREIRA, Aline do Nascimento. **O crescimento desordenado dos processos nos juizados especiais estaduais e sua consequência em relação à prestação jurisdicional**. 2015. Monografia (Especialização em Direito Processual Civil) – AVM Faculdade Integrada, Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2015.

ONU. **Declaração de Conferência da ONU no Meio Ambiente**. 1972. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/estocolmo.doc. Acesso em: 25 abr. 2020.

ONU. **The future we want**. 2013. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/futurewewant.html>. Acesso em: 25 abr. 2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 2002. (ADICIONADA)

SINGER, Peter. O meio Ambiente. *In*: SINGER, Peter. **Ética prática**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 279-304.

SILVA, Carlos Alberto Figueiredo; VOTRE, Sebastião Josué. **Etnometodologias**. Rio de Janeiro: HP Associados, 2012.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

TERRA, Branca *et al.* Por uma universidade empreendedora: o papel da pós-graduação no modelo da hélice tríplice. **Revista Lecturas**, Buenos Aires, v. 12, n. 113, p.1-18, 2007. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd113/universidade-empreendedora-o-papel-da-pos-graduacao-no-modelo-da-helice-triplice.htm> Acesso em: 25 abr. 2020.

TINOCO, João Eduardo Prudencio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

TORRES JUNIOR, Fabiano; SILVA, Fernanda Rosa da. Balanço social: instrumento de evidenciação dos objetivos sociais. **Revista Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 39, p. 1- 10, 2008.

VINHA, Valéria Gonçalves da. As empresas e o desenvolvimento sustentável: da eco-eficiência à responsabilidade social corporativa. *In*: MAY, Peter; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da. **Economia do Meio Ambiente**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. p.173-196.

WEBER, Péricles S. A Gestão ambiental na empresa. **Revista Sanare**, Curitiba, v. 12, p. 5-7, jul./dez. 1999.